

**PROTAGONISMO DAS MULHERES NA ATIVIDADE PESQUEIRA EM UM MUNICÍPIO
PARAENSE**

**PROTAGONISM OF WOMEN IN FISHING ACTIVITIES IN MUNICIPALITY IN
PARÁ**

**PROTAGONISMO DE LAS MUJERES EN LAS ACTIVIDADES PESQUERAS EN
UN MUNICÍPIO DE PARÁ**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-042>

Data de submissão: 05/05/2025

Data de publicação: 05/06/2025

Adriana Franco da Silva

Mestranda em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba
E-mail: adrifranco096@gmail.com

Evelyn Cristina Pires Pinheiro

Graduanda em Educação do Campo
Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba
E-mail: evelynpinheiro559@gmail.com

Joelson Balieiro Leal

Pós Graduado em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba
E-mail: joelson.leal@abaetetuba.ufpa.br

Benedito de Brito Almeida

Doutorando em Educação na Amazônia
Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: beneditoalmeidahp@gmail.com

Jociara Silva Costa

Graduanda em Educação do Campo
Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba
E-mail: josynielson@gmail.com

Alexandre Cardoso da Costa

Graduando em Educação do Campo
Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba
E-mail: costa0990@yahoo.com

Ronaldo Lopes de Sousa

Doutor em Biologia (UFPA).
Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba
E-Mail: ronaldosousa@ufpa.br

RESUMO

O artigo tem por objetivo destacar as formas de participação das mulheres no trabalho de pesca artesanal, nas comunidades rios Juarembu e Baixo Anapú, no município de Igarapé-Miri, Baixo Tocantins, Pará. A coleta e a análise das informações obtidas ocorreram no âmbito da pesquisa qualitativa. Um total de sete pescadoras artesanais participaram da pesquisa. O estudo revelou que as formas de participação das mulheres na atividade de pesca artesanal ocorrem no trabalho de pesca, neste sentido, são atividades desenvolvidas pelas pescadoras: a pesca de matapi, de rede, de caniço e de linha de mão. Segundo as pesquisadas a combinação de duas ou mais atividades de pesca contribui para o aumento de produtividade, contudo, direciona-se, esta, amplamente, para o consumo do lar. Quanto aos pescados, a relação destes segue nomes populares como mapará, pescada, tucunaré, jacundá, dentre outros. Os resultados da pesquisa ajudaram-nos verificar o quanto as pescadoras estão engajadas em suas atividades de pesca. Além disso, como são competentes em ajustar trabalho de pesca e trabalho do lar, uma vez que, são todas mães.

Palavras-chave: Mulheres. Comunidades ribeirinhas. Pesca artesanal.

ABSTRACT

The article aims to highlight the ways in which women participate in artisanal fishing in the communities of the Juarembu and Baixo Anapú rivers, in the municipality of Igarapé-Miri, Baixo Tocantins, Pará. The collection and analysis of the information obtained occurred within the scope of qualitative research. A total of seven artisanal fisherwomen participated in the research. The study revealed that the forms of participation of women in artisanal fishing activities occur in fishing work, in this sense, they are activities developed by the fisherwomen: matapi fishing, net fishing, rod fishing and handline fishing. According to the respondents, the combination of two or more fishing activities contributes to increased productivity, however, this is largely directed towards household consumption. As for fish, the list of these follows popular names such as mapará, pescada, tucunaré, jacundá, among others. The results of the research helped us to verify how engaged the fisherwomen are in their fishing activities. In addition, how competent they are in balancing fishing work and household work, since they are all mothers.

Keywords: Women. Riverside communities. Artisanal fishing.

RESUMEN

El artículo busca destacar la participación de las mujeres en la pesca artesanal en las comunidades de los ríos Juarembu y Baixo Anapú, en el municipio de Igarapé-Miri, Baixo Tocantins, Pará. La recopilación y el análisis de la información obtenida se realizaron en el marco de una investigación cualitativa. Siete mujeres pescadoras artesanales participaron en la investigación. El estudio reveló que las mujeres participan en la pesca artesanal en sus actividades: matapi, red, caña y línea de mano. Según las encuestadas, la combinación de dos o más actividades pesqueras contribuye al aumento de la productividad; sin embargo, esta se destina principalmente al consumo doméstico. En cuanto al pescado, la lista sigue nombres populares como mapará, pescada, tucunaré, jacundá, entre otros. Los resultados de la investigación permitieron verificar el grado de participación de las pescadoras en sus actividades pesqueras y su capacidad para conciliar las labores de pesca y las tareas domésticas, dado que todas son madres.

Palabras clave: Mujeres. Comunidades ribereñas. Pesca artesanal.

1 INTRODUÇÃO

Inúmeras comunidades pesqueiras situadas no Brasil e na região amazônica subsistem com produtos de alimentos e ganhos financeiros oriundos de atividade de pesca artesanal. É o caso da comunidade litorânea Arquipélago de Fernando de Noronha, no estado de Pernambuco (PE), nordeste brasileiro (Zeineddine, 2022), e das comunidades rios Guajará de Beja, Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauira, na Amazônia tocantina, nordeste paraense (Silva; Lucena; Cardoso, 2020; Leal *et al.*, 2023). A pesca artesanal, por sua vez, confere-se à modalidade de pesca, a qual, usa-se embarcações de pequeno porte, produz-se em menor escala, utiliza-se apetrechos de pesca confeccionados artesanalmente, e predomina-se mão de obra familiar. No que se refere às embarcações, estas, normalmente, em função dos locais de pesca – rios, lagos, baias, estuários litorâneos, praias, entre outros – apresentam fôrmas, tamanhos e nomenclaturas distintos.

Na região amazônica amapaense, especificamente, no Canal Norte do Amapá, a título de exemplificação, pescadores artesanais atuam em embarcações, cujos os nomes são: rabeta, canoa, geleira e casco (Sousa *et al.*, 2023). Por outro lado, na praia de Iguape, no estado do Ceará (CE), embarcações de pesca artesanal, são nomeadas popularmente como: jangadas, paquetes a vela e botes a remo (Apoliano; Filho; Asano, 2019). Quanto à produção de pescados, parte dela, é destinada ao consumo do lar, e a outra, à comercialização local (Júnior, 2015).

Frisa-se que para além do suprimento das necessidades básicas alimentação e renda, a pesca artesanal, também, por ser uma atividade profissional (definida pela Lei Federal nº 11.959¹), atribui à pescadores, em especial àqueles que fazem parte de sindicato de pescadores ou que estão matriculados em associações pesqueiras (Colônias de Pesca), caráter profissional. No geral, membros de organizações pesqueiras detêm do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), documento de Registro Geral da Pesca (RGP) e carteira profissional de pescador ou pescadora artesanal, o que comprova a autenticidade profissional dos pescadores, e os possibilita, dentre outros benefícios, receber o seguro desemprego² (Sampaio; Pinto; Silva, 2019; Torres, 2021).

Quanto aos apetrechos de pesa³, existem vários tipos, cada um é produzido conforme a captura da espécie desejada. Na Amazônia tocantina e em outras regiões brasileiras, os equipamentos de captura da pesca artesanal incluem: rede de emalhe, matapi, linha de anzol, tiradeira, arpão, zagaia, espinhel, pari, paredão, rede de arrasto, e linha de mão (Paula, 2018; Apoliano; Filho; Asano, 2019;

¹ Trata-se de uma lei que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

² Também conhecido como Seguro Defeso, trata-se de um resarcimento público financeiro ao pescador, durante os meses que não poderá pescar, devido período de reprodução dos estoques pesqueiros, este, é amparado pela Lei nº 10.779, que dispõe sobre a concessão do seguro desemprego para pescador artesanal.

³ Equipamentos de captura de espécies aquáticas.

Wagner; Silva, 2020; Leal *et al.*, 2023; Sousa *et al.*, 2023). Salienta-se ainda que a maioria dos equipamentos de pesca, listados anteriormente, resultam de trabalhos manuais realizados pelos próprios pescadores.

No que tange a mão de obra na atividade de pesca artesanal, grande parte dela, é familiar (Andrade *et al.*, 2019; Valle, 2022), neste sentido, pais e filhos, por exemplo, trabalham juntos. Em outras situações, o exercício pesqueiro ocorre em parcerias, dessa forma, é realizado por membros de famílias distintas (Leal *et al.*, 2023). Outra informação acerca desse enquadramento, diz respeito ao envolvimento superior do número de pescadores que de pescadoras na atividade de pesca, dados com esse teor, foram revelados mediante pesquisas nos municípios de Abaetetuba, Baião, Mocajuba, Cametá e Limoeiro do Ajuru, na Amazônia tocantina paraense (Flecha; Silva; Cintra, 2016; Leal *et al.*, 2023).

Contudo, a participação das mulheres na atividade de pesca, evidentemente, está para além, de uma simples “ajuda ao parceiro”⁴ estas, protagonizam efetivamente tal atividade. Diante disso, o presente artigo analisa o protagonismo das mulheres na atividade de pesca artesanal, nas comunidades rios Juarembu e Baixo Anapú, no município de Igarapé-Miri, Baixo Tocantins/Pará, e tem por objetivo destacar as formas de participação das mulheres no trabalho de pesca.

O texto encontra-se estruturado em cinco tópicos, além desta introdução e das considerações finais, temos mais três, cujos os títulos são: 2 “mulheres pescadoras no Brasil”, tratando de alguns aspectos gerais desse assunto; 3 “metodologia”, na qual explanamos a respeito do local da pesquisa, da abordagem metodológica, das técnicas de coleta e de análise dos dados, e da ética da pesquisa. Por último, no tópico 4 “resultados e discussão”, realizamos simultaneamente a apresentação e a análise dos resultados obtidos.

2 MULHERES PESCADORAS NO BRASIL

Em 2023, realizou-se um levantamento de dados a respeito do número de pescadores profissionais, efetivamente, inscritos no Sistema de Registro Geral da Atividade Pesqueira (SISRGP), do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Na ocasião, foi identificado no sistema, um total de 1.035.478 pescadores ativos e licenciados em todo o Brasil, dessa totalidade, 507.896 eram mulheres, o que representou cerca de 49% do número total de envolvidos profissionalmente na atividade pesqueira daquele ano (Brasil, 2023).

Outros dados do MPA revelaram que, em cinco estados brasileiros, o número de mulheres pescadoras superou o de homens pescadores. No rol dos estados com maior número de pescadoras,

⁴ Expressão, um tanto antiga, dada à mão de obra das mulheres na atividade de pesca (Lopes; Freitas; Begossi, 2020)

Maranhão (MA), líder do quantitativo geral de pescadores da época, ocupava o primeiro lugar, neste estado, a quantidade de pescadoras e de pescadores eram, respectivamente, 150.691 e 116.935, (267.626 ao todo). Os demais lugares eram ocupados, sequencialmente, pelos seguintes estados: Sergipe (SE) (62% de mulheres), Bahia (BA) (58%), Alagoas (AL) (58%), e Pernambuco (PE) (55%) (Brasil, 2023).

Quanto a posição de outros estados no ranque de maior número de pescadores licenciados no Brasil, no ano de 2023. Em segundo lugar encontrava-se o estado do Pará (PA) com um total de 100.705 mulheres e 107.706 homens (208.411 no geral) envolvidos no ofício de atividade de pesca. As posições terceiro e quarto lugares eram ocupadas pelos estados da Bahia (BA) e do Amazonas (AM), os quais, respectivamente, continham 116.989 e 79.961 pescadores (contados entre homens e mulheres) (Brasil, 2023).

A respeito da participação das mulheres na atividade pesqueira. Souza (2022), a partir de um levantamento bibliográfico entre autores que discutem essa temática, evidenciou que o envolvimento feminino na atividade de pesca, em particular, na pesca artesanal, representa tanto uma alternativa de subsistência, quanto fonte de trabalho e renda para diversas famílias brasileiras. Contudo, de acordo com este autor, há carências de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários garantidos às pescadoras.

Todavia, segundo Lopes, Freitas e Begossi (2020), nas últimas décadas tem-se visto melhorias na garantia de direitos das mulheres pescadoras. Dentre alguns destaques: o gerenciamento de diversas associações pesqueiras (incluindo algumas com largo histórico de dominância masculina, como as Colônias de Pesca); o reconhecimento do trabalho de pesca, antes visto como “ajuda ao parceiro”, a valorização econômica do trabalho e a melhoria do bem-estar familiar. Contudo, revelaram a falta de registro de pescados capturadas por mulheres, embora, este tenha representado subsistência e soberania alimentar para suas famílias e comunidades.

3 METODOLOGIA

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa em questão foi realizada nas comunidades rios Juarembu e Baixo Anapú, no município de Igarapé-Miri, estado do Pará. Igarapé-Miri e mais 10 municípios integram a região do Baixo Tocantins e ocupam 2,8% do território paraense (Dias; Oliveira, 2011). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), Igarapé-Miri possui extensão territorial de 1.996,84 km² e população estimada em 63.036 habitantes. Geograficamente, tal município, como dito anteriormente, pertence ao estuário do Baixo Tocantins, onde localizam-se diversas ilhas, rios e igarapés, além de pequenos cursos d'água, conhecidos na região como furos (Cunha, 2006). Uma outra característica desse município, diz respeito a sua constituição em distritos, ao todo são oito, dentre eles Anapú, Alto Meruú, e Maiauata (Maciel, 2021).

As comunidades rios Juarembu e Baixo Anapú pertencem ao distrito Anapú. No que diz respeito a comunidade Rio Juarembu, esta, localiza-se entre os rios Anapú e Maiauata, atualmente, conta com aproximadamente 300 famílias e, tem a comercialização de açaí e a pesca artesanal de peixes e camarões como principais fontes de renda. Produtos vegetais como cacau e cupuaçu complementam a renda das famílias, principalmente, cacau, pois, no período entre safra de açaí, muitas famílias o comercializa.

Infraestruturamente, a comunidade citada é atendida por uma rede de energia elétrica, uma escola, e um posto de saúde, destes, o último encontra-se em fase de construção. Por outro lado, serviços de coleta de lixo, são ausentes por parte do poder público, e a água usada para consumo é captada diretamente do rio Juarembu, porém, antes de tudo, armazenada e tratada com hipoclorito de sódio.

Quanto a comunidade Rio Baixo Anapú, esta, abriga, aproximadamente, 170 famílias e localiza-se a 32 km da sede municipal de Igarapé-Miri, o equivalente três horas de viagem de barco. Trata-se de uma comunidade possuidora de rede de energia elétrica e escola, porém, não há posto de saúde, nem coleta seletiva de lixo, a água para consumo residencial é retirada diretamente do rio e tratada próxima às residências. Existem algumas poucas residências, as quais, utiliza água de poços artesianos.

De modo geral, no Distrito de Anapú, bem como, em todo município de Igarapé-Miri, sobressai-se a comercialização, tanto do palmito, quanto do fruto da espécie *Euterpe oleracea Mart.* (açaí), como produtos fundamentais da economia local. De acordo com Nogueira, Santana e Garcia (2013), o açaí chega a compor 70% da formação da renda dos ribeirinhos do estuário, configurando-

se como o principal produto de várzea, no entanto, além do açaí, 30% de suas economias são provenientes da pesca artesanal.

3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA, TÉCNICAS DE COLETA E DE ANÁLISE DOS DADOS E ÉTICA DA PESQUISA

A coleta e a análise das informações contidas nesse trabalho ocorreram no âmbito da pesquisa qualitativa. “A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (Chizzotti, 1991, p. 78). Portanto, a luz dessa abordagem, entendemos que há interdependência entre os sujeitos pesquisados, suas comunidades e, a atividade de pesca artesanal que praticam.

Entre outros elementos da pesquisa qualitativa, destacam-se a fonte direta dos dados e principal ferramenta de investigação. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 47), “na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal”. Diante disso, enfatiza-se que esta pesquisa, originou-se a partir de uma inquietação pessoal (Autor 1) nas comunidades pesquisadas, dessa forma, tornando-as ambientes naturais de coleta de dados.

Destaca-se ainda que em pesquisas qualitativas, a extração de dados ocorre mediante palavras ou imagens, além disso, na composição escrita das informações obtidas, deve-se constar a relação do objeto estudado com outras temáticas correlacionadas, a fim de que se faça uma discussão teórica (Bogdan; Biklen, 1994). A respeito disso, frisamos que tanto na elaboração do projeto executado, quanto na apresentação das informações coletadas, realizamos o embasamento teórico do objeto estudado.

Quanto ao método utilizado. Trata-se de um estudo de caso. Godoy (1995, p. 25) evidencia que: “o propósito fundamental do estudo de caso [...] é analisar intensivamente uma determinada unidade social”. Logo, em conformidade com o método proposto, analisamos a unidade social formada por mulheres pescadores artesanais das comunidades rios Juarembu e Baixo Anapú, no Município de Igarapé-Miri, estado do Pará. Importa destacar que, no âmbito desse estudo de caso, foram desenvolvidas as seguintes fases: seleção e delimitação do caso (fase 1), trabalho de campo (fase 2); organização e redação do relatório (fase 3).

No que diz respeito aos métodos de coleta dos dados. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 48), dados de pesquisa de abordagem qualitativa, são obtidos mediante “transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registros oficiais”.

Nessa pesquisa, para além de notas de campo e imagens, utilizamos questionários e observação, ambas, do campo da pesquisa qualitativa.

Referente a técnica questionário, de acordo com Gil (2011, p. 128), esta, pode ser definida como a “técnica de investigação composta, por um número mais ou menos elevado de questões apresentado por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses expectativas, situações vivenciadas, etc.” Nessa pesquisa utilizamos questionário semiestruturado, o qual foi aplicado à sete (7) pescadoras artesanais, entre os meses fevereiro e março de 2025. No questionário, abordamos questões específicas a respeito da identificação das participantes, tipos de atividades e apetrechos de pesca, e espécies de peixes capturadas

Todas as participantes foram selecionadas por indicação, seguindo uma lógica não probabilística, conhecida como bola de neve (Vinuto, 2014). Neste caso, após a participante 01 preencher o questionário, esta, indicou outra possível informante, e assim, sucessivamente até o alcance de sete (7) informantes, número este, limitado por ocasião de fenômenos naturais como ventos e chuva, que dificultavam nossa chegada até as comunidades pesquisadas.

No tocante a observação, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 72), esta, se detém dos sentidos para coletar determinados aspectos da realidade, para estes autores, a observação consiste em “ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar”. Diante disso, utilizamos a observação não participante, uma vez que, não interferimos na situação observada, em todo caso, observamos equipamentos de pesca, embarcações pesqueiras e ambientes pesqueiros. Para além desses instrumentos de coleta de dados, foram utilizados como acessórios para registro: um gravador de vídeo- áudio e uma câmera fotográfica.

Quanto aos dados obtidos, estes, foram analisados através da Análise de Conteúdo. Franco (2005, p. 13), descreve que “o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, documental ou diretamente provocada”. Desse modo ao registrarmos as falas dos participantes foi possível fazer relação entre suas palavras, afim de buscar respostas análogas. Neste sentido, a técnica permitiu trabalhar com categorias, “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (Franco, 2005, p. 57).

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa. Antes da aplicação do questionário ou da coleta das informações, apresentávamos, inicialmente, o plano de trabalho da pesquisa, em seguida, perguntávamos se gostariam de participar da pesquisa, em casos de aceite, deveriam assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual, na ocasião, também foi lido. Para fins de

confidencialidade ou sigilo das informações pessoais obtidas, os nomes das informantes foram codificados da seguinte maneira: PA1, PA2, PA3...PA7, sendo PA a sigla de Pescadoras Artesanais, e 1, 2, 3...7 (o número de pescadoras).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS PESCADORAS

A pesquisa consultou sete pescadoras artesanais, quatro (57,2 %) na comunidade Rio Juarembu e três (42,8 %) na comunidade Rio Baixo Anapú, onde residem. A média e os extremos inferior e superior do rol das idades das informantes foram, respectivamente, 51, 30 e 78 anos. Essa faixa etária geral é significativa, em relação, por exemplo, a faixa etária de 51 a 60 anos correspondente às pescadoras artesanais pesquisadas no lago de Maicá, no município de Santarém, estado do Pará (PA) (Sousa; Serrão; Vieira, 2021).

Acreditamos que o indicativo da faixa etária das pesquisadas, bem como, a média de suas idades, são elementos essenciais complementares a confiabilidade das informações prestadas por elas. Entendemos que a média de idade, acima dos 50 anos, é tempo suficiente para se obter experiências e aprofundar raízes no vínculo com a comunidade. Destacasse ainda, que todas as informantes declararam naturalidade igarapé-miriense e, efetivamente, pescadoras artesanais em suas localidades. Na tabela a seguir listamos as idades das pescadoras, bem como, o tempo de serviço no exercício de atividade de pesca.

Tabela 1. Pescadoras artesanais e suas respectivas comunidades.

Pescadoras	Comunidades						
	Rio Juarembú				Rio Baixo Anapú		
	PA1	PA2	PA3	PA4	PA5	PA6	PA7
Idades (I)	78	47	63	30	39	49	51
Tempo de serviço (TS)	30	12	25	5	15	13	15
Diferença entre I e TS	48	25	38	25	24	36	36

Fonte: autores (2025).

O tempo de serviço no ofício de atividade de pesca, declarado por cada pescadora, corresponde aos anos de contribuição destas à Colônia de Pesca Z-15⁵, na qual encontram-se efetivamente vinculadas como associadas, exceto as pescadoras PA1 e PA3, que declararam ser beneficiárias do INSS⁶. De acordo com o MPA, uma vez inscritos no Sistema de Registro Geral da pesca, mediante Colônias de Pesca e amparados pela Lei nº 11.959/2009, todo pescador, seja ele homem ou mulher, é

⁵ Trata-se de uma associação de pescadores, cuja a sede encontra-se na cidade de Igarapé-Miri, porém, com grupos de base formada em diversas localidades do município, como nas comunidades rios Juarembu e Baixo Anapú.

⁶ Sigla correspondente a Instituto Nacional de Seguridade Social.

reconhecido como um profissional na modalidade em que atua (Brasil, 2009), no caso das informantes, são reconhecidas como pescadoras profissionais artesanais.

Contudo, é importante destacar que para além do profissionalismo que lhes compete, cada pescadora carrega consigo um histórico de atividades de pesca que se iniciou quando ainda eram jovens, como podemos observar no relato a seguir.

Antigamente, quando eu era mais jovem, eu sempre acompanhei a minha mãe pra gente colocar matapi, então a gente pescava de matapi, a gente pescava de caniço nos garapés. Antigamente as coisas eram... a pesca era mais fácil né, a gente pegava muito camarão, a gente pegava muito peixe, entendeu! Então desde menina eu comecei a acompanhar minha mãe, entendeu! Por isso sou pescadora a muito tempo (Entrevistada PA4, 30 anos, 2025).

Quanto aos resultados da diferença entre idade e tempo de serviço das pescadoras. São dados que indicam, justamente, a idade que estas se registraram na Colônia de Pesca Z-15. Com isso evidenciasse que a pescadora PA1 se cadastrou aos 48 anos e a PA5 aos 24 anos. Segundo elas, a Z-15 foi e está sendo uma das alternativas cruciais de acesso às políticas públicas como o seguro desemprego e a aposentadoria. A esse respeito, de todas as pescadoras relacionadas, três declararam o não recebimento do seguro defeso, duas porque são aposentadas, as demais, afirmaram que o tem recebido normalmente.

Enfatiza-se que o Seguro Defeso faz parte da política nacional de desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura. A concessão do benefício é regida pela Lei Federal nº 10.779 (Brasil, 2003), e dá-se da seguinte maneira, no caso da região do Baixo Tocantins, por exemplo, é assegurado ao pescador artesanal quatro parcelas em dinheiro, cada uma no valor de um salário mínimo, durante os meses de novembro a fevereiro quando não poderá pescar em respeito à reprodução e crescimento de espécies aquáticas importantes à atividade de pesca na região (Ibama, 2022).

No que se refere aos aspectos familiares. 100 % das pescadoras declararam convivência conjugal, além disso, cinco (71,4 %) delas com idades de 30 a 51 anos são mães de dois a quatro filhos, quanto as outras, uma (78 anos) é mãe de oito filhos e a outra (63 anos) de nove. O número de filhos chama a atenção, percebemos que as pescadoras com maiores idades, são as que tiveram mais filhos. De acordo Pereira *et al.*, (2024) e Stefanello *et al.*, (2024) questões socioeconômicas, culturais e ambientais, bem como, a escassez de alimentos devido à redução dos estoques pesqueiros são elementos que contribui para a redução do número de filhos.

A renda apresentada pelas pescadoras estende-se de 0,5 a 1 salário. De maneira geral, os valores agregados a totalidade dos recursos adquiridos são advindos da atividade de pesca, do bolsa família, da aposentadoria, e da comercialização de produtos regionais vegetais como o açaí e o cacau. Algumas

pequenas criações de porcos, patos e galinhas, também são fontes de renda e de alimentos para as pescadoras e suas famílias.

Portanto, a renda das pescadoras é complementada por outras atividades separadas do trabalho de pesca. Alternativas de atividades complementares à renda de pescadores é uma realidade em outras comunidades que resistem à diminuição de recursos pesqueiros, como no lago de Tucuruí/PA, onde pescadores locais utilizam diversas atividades agroflorestais, das quais retiram produtos e os convertem em renda para as suas famílias (Serra; Matos; Oliveira, 2020).

4.2. ATIVIDADES DE PESCA DESEMPENHADA PELAS PESCADORAS

Em outras localidades da região do Baixo Tocantins, a pesca artesanal inclui diferentes tipos de atividade de pesca, dentre elas a pesca de fundo, a pesca de babaçu e a pesca de camarão (Leal *et al.*, 2023, p. 225; Belo; Tavares, 2022). Nas comunidades estudadas a listagem de atividades desenvolvidas pelas pescadoras compreende os seguintes tipos de pesca: a pesca de matapi, a pesca com rede, pesca de caniço e a pesca de linha de mão. Conforme distribuição a seguir (Tabela 2), há pescadoras que desempenham mais de uma atividade pesqueira.

Tabela 2. Lista de atividade de pesca, segundo as pesquisadas.

Atividades de pesca	Relação das pescadoras
Pesca de matapi	2
Pesca de rede e de matapi	2
Pesca de caniço e de matapi	1
Pesca de linha de mão, de rede e de matapi	1
Pesca de linha de mão, de caniço e de matapi	1
Total	7

.Fonte: autores (2025).

De acordo com a tabela acima, na relação das pescadoras, cinco (71,4 %) exercitam de duas a três atividades de pesca. Segundo as pesquisadas, a combinação de duas ou mais atividades é vantajosa, pois, exercendo-as conseguem capturar diferentes espécies de peixes e camarão, contribuindo, dessa forma, para um aumento de produtividade, o qual é direcionado ao consumo do lar, e nem tanto à comercialização local, como destacado pela pescadora PA5 no trecho a seguir.

O nosso pescado é mais pro consumo próprio, a gente pega pra se alimentar, né! As vezes quando a gente pega em grande quantidade, é que a gente já vende né um pouco, não tudo, mas na realidade, é mais pra gente consumir, pra nossa alimentação (Entrevistada PA5, 39 anos, 2025).

Diante do trecho, um outro aspecto que se pode considerar a respeito do exercício de diferentes atividades de pesca, é quanto a diminuição dos estoques pesqueiros, segundo as entrevistadas, nos últimos anos perceberam exagerados decréscimos de produtividade. Situações como essa, de impactos

na pesca artesanal, foram abordados por Lopes (2019), Rodrigues (2019) e Farias (2023) em pesquisas realizadas em outras localidades da região do Baixo Tocantins, para os autores a implantação de conglomerados industriais na região tem impacto a atividade.

Dentre as atividades de pesca, uma é realizada por todas as pescadoras, a pesca de matapi. Tal atividade tem como instrumento pesqueiro o matapi (Figura 1, (B) e (C)), cuja a finalidade principal é a captura de camarão, neste sentido, a atividade também é conhecida como a pesca de camarão. A identificação de pescadoras no exercício desse tipo de atividade, foi evidenciada no município de Abaetetuba/Pa, especificamente, na comunidade Rio Guajará de Beja (Belo; Tavares, 2022) e no município de Curralinho, na Ilha do Marajó/Pa (Vieira; Guedes, 2021).

Figura 1. Atividade de pesca de matapi, (A) organização da isca, (B) organização do matapi junto a isca, (C), inserção de matapi junto ao rio.



Fonte: pesquisa de campo na comunidade Rio Juarembu, 2025.

A pesca de matapi realizada pelas pescadoras compreende três fases. Na fase 1, realiza-se a preparação das iscas (Figura 1, A), também conhecidas como poquecas, de acordo com as pescadoras, nessa fase, o material utilizado envolve babaçu ou farelo⁷, envira⁸ e folhas de urumã⁹. Na segunda fase

⁷ São produtos naturais que serve para atrair camarões.

⁸ Um tipo de fio natural extraído de folhas de palmeiras de buriti.

⁹ Espécie vegetal nativa da Amazônia.

(Figura 1, B), as pescadoras iscam o matapi, ou seja, prendem as iscas no interior do matapi, e por último, na fase 3 (Figura 1, C) é realizada a inserção dos matapis junto ao rio.

A quantidade de matapis que as pescadoras costumam utilizar, variam de 10 a 40 unidades, quanto a coleta de camarões, esta ocorre na manhã do dia seguinte. Em média são capturados de 1 a 4kg, dependendo da maré, pois, em períodos de marés alta, as quantidades de camarão diminuem significadamente que em marés baixa ou “morta”. Contudo, de maneira geral, as pescadoras demonstraram insatisfação às quantidades que capturam, pois, segundo elas, em tempos anteriores, eram maiores. Situações análogas foram identificadas na comunidade Rio São José, no município de Abaetetuba, na região do Baixo Tocantins (Silva; Júnior; Pereira, 2022, p. 10).

Quanto as demais atividades de pesca. A partir dos relatos das entrevistadas construímos a tabela a seguir, a qual apresenta especificações gerais a respeito dessas atividades.

Tabela 3. Atividades de pesca de rede, matapi e caniço.

Atividades	Apetrechos	Pescados
Pesca de rede	Rede de náilon, malhas 30 e 35 mm, de tamanho 30 metros.	Pescada e mapará
Pesca de caniço	Linha de náilon, 0,30 ou 0,50 mm, comprimento de 2 m, um anzol de nº 12, vara de pesca de 2 m	Jacundá, cara ponga, cara piranga, tucunaré e caratinga.
Pesca de linha de mão	Linha de náilon, 0,50 mm, 100 m de comprimento, até dois anzóis de nº 12.	Piaba, mandubé e mandi

Fonte: autores (2025).

A relação dos tipos de atividades de pesca descritos acima, incluindo a pesca de camarão, também, foi mencionada por pescadoras e pescadores nas comunidades rios Assacú, Sapucajuba e Costa Maratauira, na Amazônia tocantina (Leal *et al.*, 2023). Segundo os autores que realizaram a pesquisa, para as pescadoras dessas comunidades, os referidos apetrechos, em especial a rede e o matapi, são acessíveis e fáceis de manusear, o que de certa forma, tem contribuído para o desempenho do trabalho de pesca realizado por mulheres nessas comunidades, bem como, nas comunidades rios Juarembu e Baixo Anapú.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou o protagonismo das mulheres na atividade de pesca artesanal, nas comunidades rios Juarembu e Baixo Anapú, no município de Igarapé-Miri, Baixo Tocantins, Pará. Este, através de um estudo de caso, teve como objetivo destacar as formas de participação das mulheres no trabalho de pesca. Ao todo, sete mulheres participaram da pesquisa. O principal resultado destacou

que as pescadoras desempenham mais de uma atividade de pesca, além disso, os pescados capturados, normalmente, são direcionados ao consumo do lar.

Quanto as atividades de pesca destacadas pelas pescadoras, dentre todas, sobressai-se a pesca de matapi. Esse tipo de atividade compreende três fases, a última delas corresponde a inserção dos matapis junto ao rio. A coleta do pescado, no caso, o camarão, acontece somente na manhã do dia seguinte, segundo percepções das participantes, a quantidade de camarão capturada diminuiu nos últimos anos, diante disso, objetivando o aumento da produtividade de pescados, tais pescadoras acabam realizando outras atividades de pesca, incluindo a pesca de rede e de linha de mão.

Os resultados da pesquisa se refletem em contribuições teóricas, práticas e sociais. No que tange as contribuições teóricas, a discussão de pontos relacionados ao protagonismo das mulheres na atividade de pesca é algo fundamental na contemporaneidade, uma vez que, ainda estamos em uma sociedade, onde, a mulher é menosprezada, principalmente, no trabalho que exerce. Um outro aspecto interessante às contribuições teóricas, diz respeito, a combinação de duas ou mais atividades de pesca por parte das pescadoras, há poucos dados sobre isso, normalmente, os que estão disponíveis, destacam a mulher no exercício pesqueiro de atividade única.

No que se refere as contribuições práticas. O trabalho enfatizou que a produtividade de pescados diminuiu nos últimos anos. A pesar de haver estudos que comprovam as causas da diminuição de recursos pesqueiros, em particular, na região do Baixo Tocantins, é preciso que as fiscalizações operem com mais intensidade. Neste sentido, trabalhos como esse, podem despertar em órgão competentes como as colônias de pesca e o IBAMA, políticas de sustentabilidade em prol de pescadores e pescadoras artesanais.

Quanto as contribuições sociais. Os resultados da pesquisa ajudaram-nos verificar o quanto as pescadoras estão engajadas em suas atividades de pesca. Além disso, como são competentes em ajustar trabalho de pesca e trabalho do lar, uma vez que, são todas mães. Portanto, para além do protagonismo na atividade de pesca, as pescadoras caracterizam-se fielmente a identidade do universo ribeirinho, seja no lar, seja no exercício de pesca.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Joanie Costa; CASTRO, Karina Neoob Carvalho; SOARES, Romildo Ribeiro; BARROS, Roseli Farias Melo de; ANDRADE, Ivanilza Moreira de. ENTRE A TERRA E A ÁGUA: a pesca e o conhecimento etnoictiológico dos pescadores artesanais. *Ethnoscientia*, v.4, 2019.

APOLIANO, Marcos Luiz da Silva; FILHO, Aldeney Andrade Soares; ASANO, Gabriel de Lima. Caracterização da ictiofauna e da pesca artesanal na praia do Iguape, Aquiraz – Ceará. *Arq. Ciênc. Mar.*, Fortaleza, v.52, n.2, p.24-35, 2019.

BELO, Elda Baia; TAVARES, Francinei Bentes. Mulheres pescadoras: a pesca de camarão na comunidade Rio Guajará de Beja (município de Abaetetuba-Pa). *Paper do NAEA*, v. 31, n. 1, 2022.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação:** uma introdução a teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Lei Federal nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.779.htm>. Acesso em: 24 abril 2025.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Disponível em: <<https://site.mppr.mp.br/direito/Pagina/PescadoresArtesanais#:~:text=A%20Lei%20Federal%20n.%C2%BA,familiar%2C%20com%20meios%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 24 de abril de 2025.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres.** 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres>>. Brasília/DF, ed. 2, p. 1-79, 2005. Acesso em: 17 de abril de 2025.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Atlas, 1991.

DIAS, G. A. V; OLIVEIRA, W. **Região de integração Tocantins-Pa: Um novo olhar sobre o extrativismo e alguns aspectos socioeconômicos.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. 2011.

FARIAS, André Luís Assunção de. Impactos e conflitos socioambientais de grandes projetos na Amazônia: até quando Barcarena/PA será uma zona de sacrifício? *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 20, p. 1-21, jan./dez. 2023.

FLEXA, Cassio Eduardo; SILVA, Kátia Cristina Araújo; CINTRA, Israel Hidrelétrico Aniceto. Pescadores artesanais à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Amazônia, Brasil. *Bol. Inst. Pesca*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 221-235, 2016.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo.** Liber Livro Editora, Brasília/DF, ed. 2, p. 1-79, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 120 p. 2009.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais*. *Revistas de Administração de Empresas*, São Paulo/SP, v. 35, n. 3, pp. 20-29, maio/jun. 1995.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Defesos Continentais. **Instrução Normativa Interministerial N° 13, de 25 de outubro de 2011**. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/periodos-de-defeso/defesos-continentais>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2021. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 22 set., 2024.

JÚNIOR, Urandi João Rodrigues. Diagnóstico da cadeia produtiva do pescado na Amazônia e seus impactos aos recursos hídricos. In: VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Porto *Etnografia e Etnociências*, v.1, n.1, p.85-95, 2019.

LEAL, Joelson Balieiro; SOUSA, Ronaldo Lopes de; ALMEIDA, Benedito de Brito; CORDEIRO, Yvens Ely Martins. Atividades de pesca artesanal desempenhada por pescadores de três comunidades ribeirinhas no município de Abaetetuba, Pará. *Concilium*, v.23, n.16, 2023.

LOPES, Carla Joelma de Oliveira. Quando o quilombo é rio: territorialidades da pesca entre quilombolas ribeirinhos, no Baixo Tocantins (PA). *Revista Marés de Geografia e Etnociência*, v. 1, n. 1, pp. 73-84, 2019.

LOPES, Priscila Fabiana Macedo; FREITAS, Carolina Tavares de; BEGOSSI, Alpina. A MULHER E A PESCA: um olhar sobre a pesquisa e a atuação feminina pesqueira no Brasil. *Ethnoscientia*, v. 5, p. 1-12, 2020.

MACIEL, M. B. P. **A Pesca do Mapará (*Hypophthalmus edentatus*) principal atividade pesqueira da comunidade do Rio Baixo Anapú, interior do município de Igarapé- Miri**. 2021. 48 p. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciada e Bacharel em Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará, 2021.

NOGUEIRA, A. K M., SANTANA, A. C., & GARCIA, W. S. A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. *Rev. Ceres*. Viçosa, v. 60, n. 3, p.324-331, 2013.

PAULA, Jeanne Duarte. Dinâmica da atividade pesqueira na costa norte do Brasil: variação, espaço-temporal da captura em relação ao esforço de pesca. 2018, 87 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ecologia Aquática e Pesca) – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2018. Disponível em: <<https://ppgeap.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/275-2018>>. Acesso em: 22 set. 2024.

PEREIRA, Marcos Bastos; SILVA, Monica Dias Correa da; FERREIRA, Vanessa Magalhães; AMARAL, Marcela Zicari; MIZRAHI, Guilherme Araken Carriço. Cruz, Bernardo; PRAGANA, Mariana Chaves. Desafios na pesca artesanal: uma pesquisa em comunidades pesqueiras da região norte e noroeste do Rio de Janeiro. **REVISTA CADERNO PEDAGÓGICO – Studies Publicações e Editora Ltda.**, Curitiba, v.21, n.1, p. 221-238. 2024.

RODRIGUES, Eliana Teles. Transformações territoriais e lutas políticas refletidas nas experiências de mapeamento social. In: SIMÕES, Aquiles et al. (org.). **Reinvenções Territoriais: diversidade e aprendizagens sociais**. Belém: NUMA/UFPA: GEDAF, p. 99-118, 2019.

SAMPAIO, Karla de Silva; PINTO, Pedro Benício Almeida; SILVA, Catia Antonia da. As mudanças e as problemáticas no acesso aos direitos sociais na pesca artesanal. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo/SP, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun., 1995.

SERRA, Anderson Borges; MATOS, Letícia Sousa; OLIVEIRA, Alessandra Marinho de. Sistemas Agroflorestais como geração de renda complementar para pescadores do Lago de Tucuruí, Pará. **Revista Verde**, Pombal, Paraíba, Brasil, v. 15, n. 3, jul./set., p. 292-299, 2020.

SILVA, Islana Carvalho Baia da; LUCENA, Bruno Rafael Dias de; CARDOSO, Welson de Sousa. **AVALIAÇÃO DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PESCA ARTESANAL NA AMAZÔNIA: caso de uma comunidade pesqueira**. *Amazon, Organizations and Sustainability*. v.9, n.2, ago/dez., 2020.

SOUSA, Pedro Emmanuel Santos; RAFAEL, Shirley Amaral; CANAFÍSTULA, Francisco Pereira; LIMA, Mauricio Willians de; ALVES-JÚNIOR, Flavio de Almeida; JÚNIOR, Ivan Furtado; CINTRA, Israel Hidenburgo Aniceto. Pesca e percepção ambiental do pescador artesanal do Canal Nortedo Amapá, Amazônia, Brasil. **Revista Observatorio De La Economia Latinoamericana**, Curitiba, v.21, n.9, p. 10691-10711. 2023.

SOUSA, Wandicleia Lopes de; SERRÃO, Elizabete de Matos; VIEIRA, Thiago Almeida. Condições socioeconômicas de pescadoras artesanais e agricultoras familiares: o caso do lago Maicá, Santarém, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 2, p. 83-102, maio-ago 2021.

SOUZA, Enilson Silva. A participação das mulheres na atividade pesqueira. **Revista de Geografia e Etnociências**, v. 4, n. 1, p. 19-26, 2022.

STEFANELLO, Cristiano Miguel; SILVA, Renata Calbeich da; QUEROL, Marcos Vinicius Morirni; PRETTO, Alexandra. Vivendo do rio: análise do perfil socioeconômico dos pescadores artesanais em Uruguaiana/RS. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.1, p. 4168-4184, 2024.

TORRES, Rafael Barsotti. ENTRE PEIXES E PESCADORES: uma análise geográfica da política de Seguro-Defeso da pesca artesanal. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v.6, n.2, p. 1-15, 2021.

VALLE, Leonardo. PESCA ARTESANAL REÚNE CULTURA, GERAÇÃO DE RENDA E RESPEITO À NATUREZA: falta de dados oficiais visibiliza pescadores e estimula conflitos ambientais. *Instituto Claro*, 2022. Disponível em: <<https://www.institutoclaro.org.br/cidadania>>. Acesso em: 19 de março de 2025.

VIEIRA, Rodrigo Moreira; GUEDES, Ana Célia Barbosa. Mulheres pescadoras de camarão: gênero, trabalho e subsistência em Curralinho, Marajó/PA. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v.19, n. 2, p. 152-166, maio/ago., 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez., 2014.

WAGNER, Gustavo Peretti.; SILVA, Lucas Antônio da. A pesca e o pescador: por uma haliêutica historicizada. *Oficina do historiador*, Porto Alegre, v.13, n.1, p. 1-6, jan./jun. 2020.

ZEINEDDINE, Gabriela Campos; BARRELLA, Walter; ROTUNDO, Matheus Marcos; RAMIRES, Milena. A pesca de iscas-vivas no Arquipélago de Fernando de Noronha (PE-Brasil). *Scientia Plena*, v.18, n.1, 2022.